

Aprendendo a *lição alemã*: bolseiros portugueses na Alemanha na ‘Época do Fascismo’

Cláudia Ninhos

1. A política cultural e científica alemã no estrangeiro

O incentivo, por parte da Alemanha, para um intensificar do intercâmbio académico com países estrangeiros começou ainda durante a República da Weimar, na sequência da derrota sofrida na I Guerra Mundial, uma vez que o Tratado de Versalhes veio condicionar o próprio desenvolvimento científico alemão. Para além de serem abolidas as convenções, tratados e acordos de cariz económico e técnico assinados, proibiu-se mesmo a participação dos cientistas alemães em congressos internacionais, na área das ciências naturais, uma proibição que dura até à entrada na Liga das Nações e que levará ao afastamento dos seus cientistas em relação à comunidade científica internacional. Estas restrições desencadearam a ira dos cientistas, falando-se mesmo numa guerra contra a ciência alemã [ZARIFI 2010, 62]. Não era apenas a imagem do país que estava em jogo, era a sua própria importância económica e financeira. O assunto chega, inclusivamente, ao Parlamento, numa discussão sobre o papel da ciência iniciada pelo deputado Georg Schreiber, para quem a ciência e a cultura eram elementos cruciais da política externa. A República de Weimar procurará ultrapassar esta situação promovendo, internacionalmente, a sua ciência e a sua cultura. Criam-se mesmo várias instituições com este propósito. Envia-se cientistas e académicos ao estrangeiro, difundem-se jornais e revistas, fomenta-se o ensino do alemão, dissemina-se a cultura, apoiam-se os clubes, as escolas e outras associações. Reforça-se e institucionaliza-se, portanto, a instrumentalização do *passado grandioso* alemão e da cultura enquanto fator da política externa.

O regime nacional-socialista vai provocar também profundas alterações no panorama científico e cultural da Alemanha. Nos primeiros anos, a política do

III Reich continuou a estratégia anterior a 1933, fomentando a participação dos seus acadêmicos em encontros internacionais, mesmo que estes tivessem lugar na Inglaterra. Não havia um programa cultural e científico delineado. A preocupação inicial do regime foi consolidar o seu poder internamente, reorganizar o estado, recuperar a economia, lançar as bases ideológicas. No entanto, esta situação começa a mudar ainda em meados dos anos 30. Em 1936 a Secretaria Cultural do Ministério dos Negócios Estrangeiros passa a designar-se *setor de política cultural*, demonstrando que a cultura se transforma num elemento importante da política externa alemã. No entanto, para muitos autores, é o ano de 1937 o momento de viragem da política cultural no estrangeiro. Nesse ano, Hitler discursa, pela primeira vez, sobre a cultura no congresso de Nuremberga, afirmando:

Este estado não deve ser uma autoridade sem cultura, um poder sem beleza. O rearmamento de uma nação é moralmente justificado apenas quando o seu escudo e espada têm uma missão superior. Portanto, nós não aspiramos a ser a força brutal de Gengis Khan, mas a um poder que crie uma comunidade social forte, como barreira e guardião da alta cultura [ZARIFI 2010, 151].

No mesmo ano o setor cultural é dividido em onze departamentos, entre os quais o *Kult W* (promove a ciência alemã no estrangeiro, através de congressos, viagens, conferências, livros), o *Kult U* (ocupa-se de assuntos relacionados com o intercâmbio académico de professores e estudantes) ou o *Kult I* (responsável pelos institutos alemães no estrangeiro).

Impondo-se como representante da alta cultura, a Alemanha vai continuar e reforçar a política de afirmação internacional no domínio cultural e científico. A Academia Alemã, nestes anos, transforma-se num elemento determinante. Surge também o periódico *Deutsche Kultur im Leben der Völker: Mitteilungen der Akademie zur Wissenschaftlichen Erforschung und zur Pflege des Deutschtums*, por ela publicado. Em 1940 foi ainda criada uma rede de institutos alemães no estrangeiro, o *Deutsche Wissenschaftliche Institut*, ao qual subjazia o objetivo de promover a colaboração científica e o relacionamento com as elites de outros países. Até 1945 foram fundadas 16

delegações na Europa que, com a colaboração da *Deutsche Akademie*, organizavam exposições e conferências. Cada um destes institutos tinha três departamentos. O departamento científico tinha a seu cargo a organização de conferências, exposições e concertos. O departamento acadêmico, financiado pelo DAAD (*Deutsche Akademische Austausch Dienst* – Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão), promovia o intercâmbio de estudantes e professores. Por fim, o departamento de questões linguísticas era financiado pelo *Goethe Institut*.

A venda de livros e periódicos alemães fora das fronteiras do Reich foi muito incentivada, concedendo-se subsídios que ajudavam a atenuar a redução de preços. No entanto não bastava reduzir os custos, era necessário divulgar a língua alemã. A própria mudança de caracteres decretada por Hitler reflete o ensejo de que o alemão fosse, como predizia, «em cem anos (...) a língua da Europa» e todos os países europeus «aprenderão alemão para comunicar conosco» [ROPER 2000, 110]. Por outro lado, os próprios professores de língua alemã foram colocados ao serviço do regime, a tal ponto que estiveram isentos do serviço militar na *Wehrmacht* até 1944.

Para além do ensino do alemão e da difusão de periódicos e livros, a realização de conferências é outro aspeto a considerar. Em 1934 fora já criada a *Deutsche Kongresse-Zentrale* (DKZ), pelo ministério de Goebbels, tornando-se necessário, a partir de 1936, a sua autorização para que alguém pudesse participar em congressos internacionais. Através destes académicos, os alemães poderiam difundir, sobretudo na Europa, o seu conhecimento, a sua ideologia, demonstrando também a sua superioridade. Convidam ainda académicos estrangeiros, professores, médicos, jornalistas, economistas ou industriais para proferirem conferências na Alemanha. Num período de crescente tensão face às ambições imperialistas alemãs, os cientistas assumiram o papel de embaixadores da paz, transformando-se em elementos importantes na estratégia de *appeasement* que antecedeu a II Guerra Mundial.

Em 1936, von Verschuer afirmava que «o gládio dos nossos cientistas deve estar bem afiado e ser bem dirigido». Para Sheila Weiss, a frase proferida pelo geneticista alemão remete para o *contrato* entre os cientistas e o regime nacional-socialista. Se alguns dos académicos foram perseguidos ou recusaram

a colaboração com os nazis, a maioria, mesmo que não partilhasse aquelas ideias, acabou por se acomodar. Todos serviram, assim, o *Führer*, colocando ao seu dispor o seu conhecimento e *treinando* peritos que difundiriam, pela Europa e pelo mundo, os seus conhecimentos e legitimariam, conseqüentemente, a ideologia nazi. Serviriam, assim, «*na arena internacional como uma arma efetiva da política externa*» [WEISS 2005, 6] ao criarem, por meio dos seus contactos pessoais, uma rede de relações com investigadores estrangeiros.

Em 1939 é enviado um memorando à *Kaiser Wilhelm Gesellschaft* intitulado *Deutsche Kulturpropaganda im Ausland*, instando o Instituto a encorajar os seus investigadores a convidarem cientistas para proferirem palestras em países estrangeiros e solicitando a Fischer, Verschuer e outros cientistas importantes o preenchimento de um formulário no qual lhes perguntavam sobre os contactos científicos em países neutros e lhes pediam informações sobre a sua capacidade de apresentar conferências noutras línguas. No final de 1942 discutem-se as organizações científicas internacionais existentes e a forma de instrumentalizá-las para benefício dos interesses alemães [WEISS 2005, 18]. Desta forma conseguiriam influenciar as elites estrangeiras, enquanto os relatórios das missões facultavam às autoridades alemãs um retrato real da situação política e científica de cada país, tomando ainda o pulso à sua posição relativamente ao regime nacional-socialista. Os cientistas e académicos ajudaram, em suma, à difusão do projeto da Nova Ordem, «*demonstrando as virtudes da ciência alemã*» [WEISS 2005, 25].

No relatório da viagem aos EUA, na secção intitulada *Unsere Propaganda* (A Nossa Propaganda), o diretor do *Kaiser Wilhelm-Institut für Biologie*, Fritz von Wettstein defende que «*uma longa permanência no nosso país é a melhor propaganda*», referindo-se ainda a um «*aumento da propaganda cultural enviando artistas, cientistas e poetas a conferências*» [WEISS 2005, 17]. O próprio Hitler sabia que «*a propaganda destinada ao estrangeiro não deve ser baseada, de forma alguma, na propaganda utilizada para consumo interno*» [ROPER 2000, 421]. Sendo a propaganda «*um meio*», como afirmara em *Mein Kampf*, «*a sua forma deve ser judiciosamente adaptada ao fim a que se destina*»

[HITLER 1976, 132]. Se para «*consumo interno*» a propaganda teria «*sempre de ser dirigida às massas*», no estrangeiro destinava-se às elites e «*para os intelectuais (...) não se deve tratar de propaganda e sim de instrução científica*» [HITLER 1976, 134]. Se o *Führer* queria transformar Berlim no «*verdadeiro centro da Europa*», «*uma capital que para todos*» fosse «*a capital*» [ROPER 2000, 41], tinha de transformar a cidade no centro da vida cultural e científica europeia, atraindo os académicos estrangeiros. O líder nacional-socialista considerava mesmo «*uma boa política facilitar que os estudantes estrangeiros obtenham diplomas nas nossas universidades*», pois seria uma forma de «*fazer de homens que passaram parte da sua juventude desta maneira, amigos para a vida*» [ROPER 2000, 421].

2. A estratégia nacional-socialista em Portugal

O *Deutsche Wissenschaftliche Institut* (DWI), a *Deutsche Akademie*, o *Goethe Institut* ou o *DAAD* tiveram um papel muito importante e atuaram ativamente em Portugal, promovendo o intercâmbio cultural e académico entre os dois países. Em 1944 é inaugurado o Instituto de Cultura Alemã, o ramo do DWI em Lisboa, presidido por Harri Meier, que veio substituir o Grémio Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural e centralizar o relacionamento cultural e científico com o Estado Novo português. Para além das atividades desenvolvidas por todas estas instituições e com o objetivo de oficializar muitas das iniciativas de aproximação cultural levadas a cabo, a Alemanha assina com diversos países acordos culturais. Em 1937 é enviada a Portugal a proposta de acordo de colaboração intelectual e cultural. Ao longo de doze artigos vão sendo apresentadas várias propostas com vista a garantir a permanência e até o aprofundamento das instituições culturais e científicas que promoviam a investigação nos dois países. Garantia-se a continuidade dos estudos germanísticos nas universidades de Lisboa e Coimbra, assim como dos seus institutos e do próprio Gabinete de Documentação Alemã no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa. Promover-se-ia a criação de instituições, como o Grémio Luso-Alemão, que fomentassem o

relacionamento cultural. De forma a assegurar um amplo *intercâmbio de ideias* entre as ciências alemã e portuguesa, as duas partes deveriam convidar intelectuais, acadêmicos e cientistas para proferirem conferências em universidades e até cursos semestrais. A defesa do intercâmbio acadêmico estava também assegurada neste documento, prevendo-se a sua manutenção e alargamento, concedendo-se bolsas que garantiam a isenção de propinas e matrículas, o alojamento e alimentação e o pagamento de uma quantia em dinheiro. Para além da organização de cursos de férias em universidades que reunissem estudantes dos dois países, a Fundação Alexander von Humboldt concederia, anualmente, bolsas a portugueses *aptos*. A medida mais ousada do acordo, no entanto, previa que o governo português fomentasse o ensino do alemão nas escolas secundárias e comerciais, tornando-a mesmo numa disciplina obrigatória, enquanto a Alemanha se comprometia a manter as escolas alemãs em Lisboa, Porto e Funchal. Também no âmbito académico as partes comprometiam-se a fomentar a divulgação de obras científicas e literárias do outro país através de traduções e da troca de revistas e livros, alargando ainda o número de livros alemães existentes em bibliotecas portuguesas.

Chamado a pronunciar-se pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o projeto de acordo cultural apresentado pela Legação Alemã, o Instituto para a Alta Cultura, pela mão de Marcello Caetano, dá um parecer muito negativo. Para Caetano seria um erro seguir uma política que facultasse «*armas ao imperialismo económico das Nações estrangeiras, sobretudo às que mais avidamente pretendem conquistar-nos influência comercial nas colónias e no Brasil*» ou que servisse «*não à expansão do nosso génio, mas à penetração espiritual desses países no mundo português, com feição absorvente*». Caetano vislumbrava, assim, por detrás do acordo, os intuitos imperialistas que lhe estavam subjacentes, a nível político, económico e militar, mas que se escondiam sob o termo de *Kulturpropaganda*.

Para o romanista Wilhelm Giese, propaganda cultural significava «*a publicidade de um Estado no estrangeiro através do reconhecimento e da imitação das suas criações nacionais*» [GIESE 1939, 163]. Propaganda cultural significava, assim, cumprir dois objetivos: conseguir o reconhecimento da

Alemanha no estrangeiro e a promoção do mimetismo. Já Fritz Twardowski, que dirigia o setor da política cultural do ministério de Ribbentrop, considerava que praticar uma «*política cultural*» (*Kulturpolitik*) era estabelecer um direito de liderança espiritual, organizar um trabalho espiritual conjunto entre as nações e, sobretudo, influenciar as elites intelectuais de outros países, tornando-as dependentes do *Espírito Alemão*. Para o dirigente alemão, a luta pela influência sobre outros povos era uma outra frente na qual também deveriam combater, pois tratava-se de escolher entre a influência alemã ou a influência de outras nações. Este objetivo passava por levar a cultura alemã até aos círculos intelectualmente interessados de maneira inteligente, através de um trabalho cultural planeado [HAUSMANN 2001, 20-21]. Discursando no encontro de conselheiros culturais a 13 de agosto de 1943, Twardowski definia *propaganda cultural* da seguinte forma:

por ‘propaganda’ entendo o esforço de influenciar a opinião publica de outro país em relação a uma situação política, económica ou militar. A propaganda funciona, portanto, a breve prazo. Também existe, obviamente, a propaganda cultural – *Kulturpropaganda* – mas isto é para as grandes nações culturais apenas a repercussão de uma propaganda hostil que nega as realizações culturais (...) Para além disso, exercer uma política cultural significa apresentar e estabelecer uma ambição de liderança intelectual; significa organizar uma cooperação intelectual entre nações; além disso, significa alcançar uma influência intelectual duradoura sobre uma elite intelectual de outras nações e fazê-la, tanto quanto possível, dependente da intelectualidade alemã.

Nenhuma pressão política ou económica [deve ser aplicada] por causa do trabalho cultural de qualquer tipo. A equidade e reciprocidade, não a violência mas o diálogo, intercâmbio cultural no sentido mais lato (...) em suma, devemos exercer a nossa política cultural com luvas de veludo [ZARIFI 2007, 208].

Não chegava uma expansão territorial, era necessária uma expansão cultural [ZARIFI 2010, 168]. O paradigma é a França, embora se procure

distinguir a cultura alemã (*Kultur*) da francesa (*Zivilisation*), transformando-a, bem como a ciência, na dominante. Também as diretrizes da *Deutsche Kongresse Zentrale* para os líderes de delegações alemãs apontavam para o «trabalho pioneiro de propaganda política e cultural no sentido do prestígio mundial alemão» [WEISS 2005, 8]. Sobre a organização e participação em congressos afirma-se que

os congressos são uma das armas mais efetivas na luta contra o envenenamento das mentes das pessoas; desta forma podemos, através dos esforços e impressões pessoais, eliminar preconceitos e mentiras abomináveis sem recorrer a uma propaganda política direta [WEISS 2005, 8].

Era uma forma de propaganda cultural consciente e «na mão do estadista pode ser usada como uma arma política sem rival» [WEISS 2005, 8].

3. A Junta de Educação Nacional e o Instituto para a Alta Cultura, intermediários e protagonistas no relacionamento cultural luso-alemão

Em relação a Portugal, o protagonismo das relações culturais e científicas com a Alemanha é assumido pela Junta de Educação Nacional (JEN) e, posteriormente, pelo Instituto para a Alta Cultura (IAC), uma vez que este tinha nas mãos dois poderosos meios instrumentalizados pela propaganda nacional-socialista: os leitorados e os bolsiros. Grande parte do programa da JEN era já praticado, como vimos, na República de Weimar, por instituições como o DWI ou o DAAD.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 16.381, publicado a 9 de janeiro de 1929, que instituiu a Junta de Educação Nacional, as instituições culturais existentes não estavam suficientemente adaptadas às necessidades do país. Considerando a «cultura científica» como um elemento determinante para gerar riqueza, a criação de uma entidade responsável pelo fomento e defesa da «atividade intelectual» era vista como necessária. Ela deveria ser autónoma, tanto em

relação às universidades como em relação a todas as instituições existentes ligadas à investigação. Deveria ainda trabalhar no sentido de melhorar o quadro docente do ensino superior, aperfeiçoando os *conhecimentos e competências* no país e no estrangeiro. Os intelectuais portugueses deveriam ser enviados «*aos centros estrangeiros de mais alta cultura*», fomentando-se «*uma intensa e eficaz ligação dos investigadores nacionais com os outros países*», de forma a que Portugal pudesse «*colaborar no movimento mundial de cooperação intelectual*». Estão aqui gizados, portanto, os objetivos que presidiram à criação da JEN: formar um quadro de docentes no ensino superior e estimular o seu aperfeiçoamento, no país e no estrangeiro, através da concessão de bolsas de estudo e estimular as trocas académicas com o estrangeiro, integrando o país no referido *movimento* de intercâmbio académico. O Artigo 1.º daquele Decreto-Lei delimita claramente o objeto da atuação do novo organismo. A JEN deveria subsidiar as investigações de natureza científica em Portugal, nas colónias e no estrangeiro, bem como o envio de *missões de estudo*. Cabia-lhe ainda «*promover a melhoria das condições materiais, intelectuais e morais dos estudantes, professores e investigadores*», integrar os antigos bolseiros, subsidiar publicações e fomentar «*o intercâmbio intelectual, a expansão da cultura portuguesa e a representação em congressos e outras reuniões científicas*». O Estado assumia e passava a controlar a atividade científica nacional, dando-lhe a orientação pretendida.

A JEN é criada no período em que Gustavo Cordeiro Ramos teve nas mãos a pasta da Instrução Pública. Nascido em Évora em 1888, licenciou-se em Filologia Germânica pela Universidade de Lisboa, onde virá a ser professor catedrático. O germanista evidenciou sempre uma grande proximidade em relação à cultura alemã o que, certamente, terá influenciado os objetivos e moldes em que a Junta de Educação Nacional surgiu. Conhecido como o *Amigo da Cultura Alemã*, foi Doutor *honoris causa* pela universidade de Heidelberg, Senador Honorário da Universidade de Colónia e sócio honorário da Academia Alemã de Munique. Recebeu a Grã-Cruz da Águia Alemã, a Medalha de Goethe de Mérito Científico e Artístico, a Medalha de Ouro de Leibniz da Academia das Ciências da Prússia e a Placa de Honra da Cruz Vermelha Alemã. Em Portugal, para além de Ministro da Instrução Pública, de

procurador à Câmara Corporativa, presidiu ao Instituto para a Alta Cultura a partir de 1942. Cordeiro Ramos e uma boa parte da intelectualidade nacional olhavam para a Alemanha como o país da ciência e da arte por excelência. E a Alemanha foi, na realidade, um dos «*centros estrangeiros de mais alta cultura*», para onde Portugal enviou os seus bolseiros. Em 1936 as funções da JEN viriam a ser assumidas pelo Instituto para a Alta Cultura (IAC), mas a estratégia manteve-se.

Em entrevista ao jornal *A Voz* (01.05.1939), na sequência da Exposição sobre o Livro Português organizada em Berlim, Cordeiro Ramos afirmava:

O Instituto para a Alta Cultura tem desenvolvido na Alemanha com a criação de leitorados, a realização de conferências culturais sobre assuntos portugueses e com a troca de estudantes uma ação a todos os títulos digna dos maiores louvores [AHIC, 1355/6, Exposição do Livro Português em Berlim, doc. 36].

Sobre o critério de um «*tão íntimo como intenso intercâmbio*», o germanista defendia que «*no campo elevado e desinteressado da cultura, é pelo contacto das figuras representativas nos meios académicos que melhor se podem apreciar a alma e as qualidades dos povos*». No final, manifesta ainda o desejo «*que se intensifique o conhecimento da língua alemã em Portugal que é hoje um instrumento absolutamente indispensável ao estudioso seja qual for a sua especialidade*».

Os institutos portugueses na Alemanha funcionavam «*em estreita colaboração com a Junta*» [JEN 1938, 11] e, mais tarde, com o IAC. A partir do ano letivo de 1934/35 foi criado um «*serviço de troca de bolseiros com o DAAD*». A JEN pagava o estágio em Portugal aos bolseiros alemães, que eram também «*aproveitados como mestres da sua língua*» ou «*como colaboradores dos nossos centros universitários*» [JEN 1938, 83]. Logo no primeiro ano em que o acordo esteve em vigor foram recebidos da Alemanha os juristas Johannes Buyken, Friedrich Wilhelm Verner, Hans Thiele e os romanistas Hans Flasche e Hanns Woischnik. Os portugueses enviados para a Alemanha foram Eduardo Lima Basto e Arthur Varela Cid, ambos da aeronáutica, o

penalista Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira, o botânico Flávio Ferreira Pinto Resende e o germanista Luís Silveira [JEN 1938, 169].

Podemos afirmar que desde a criação da JEN a Alemanha transformara-se num dos principais destinos escolhidos pelos bolseiros portugueses, competindo com a França e muito à frente da *velha aliada* Inglaterra. Note-se que só no ano letivo de 1936/37 é assinado um acordo deste tipo com o *British Council*. Para além do DAAD, manteve-se o intercâmbio com a *Humboldt Stiftung*. O filósofo Delfim Santos, a musicóloga Maria Augusta Barbosa, o arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral ou o antropólogo Jorge Dias são apenas alguns exemplos de bolseiros portugueses que estiveram na Alemanha, beneficiando do incremento do intercâmbio académico entre os dois países.

4. Bolseiros portugueses na Alemanha nacional-socialista: o caso de Delfim Santos

Logo em 1929, Delfim Santos solicita à JEN uma bolsa nacional que lhe é negada. Em 1931 volta a candidatar-se, desta vez para estudar em Paris, a fim de frequentar cursos especializados em História e Filosofia das Ciências. Uma vez mais, a bolsa é indeferida. Três anos depois, candidata-se «a um dos leitorados na Alemanha (...) ou eventualmente a um lugar no serviço de trocas com a Alemanha», com vista a «especializar-se em epistemologia ou filosofia e história das ciências». Porquê a Alemanha? De acordo com o candidato a bolseiro aquele país era «um notável centro de estudos desta natureza», desejando trabalhar com um grande filósofo alemão, tal como

Reisenbach, Carnap ou Heidegger. Uma vez que em Portugal não existiam núcleos universitários em que se desenvolvessem estes estudos de grande importância na orientação do trabalho científico, pretende o concorrente com a sua especialização prestar provas de doutoramento numa universidade portuguesa e posteriormente realizar cursos com o fim de iniciar e desenvolver estes estudos em Portugal [AHIC, 1273/16, D. P. Santos, doc. 1].

Depois de várias tentativas frustradas, a bolsa é-lhe concedida em 1934. No entanto, acaba por não usufruir da bolsa uma vez que, no ano seguinte, em junho de 1935, volta a candidatar-se tendo em mente Freiburg «*com o fim de intensificar a sua cultura em História e Filosofia das Ciências*». A escolha desta cidade devia-se ao facto de ser um «*meio universitário muito importante na filosofia alemã contemporânea e em que predomina a corrente fenomenológica de Husserl*», sendo também «*em Friburgo que se encontra Heidegger, um dos mais representativos filósofos alemães da atualidade*» [AHIC, 0585/28, D. P. Santos, doc. 1]. Pretendia ainda colmatar algumas lacunas da organização universitária em Portugal, que expõe como sendo:

- um ensino demasiado especializado, centrando-se em aspetos técnicos;
- a inexistência de disciplinas *fundamentais* como a História e Filosofia das Ciências;
- o desinteresse, nas Faculdades de Letras, sobretudo no âmbito de cursos de filosofia, pelas «*questões atuais do mundo científico*», que se explica «*pela excessiva separação dos estudos que, entre nós, se designam injusta e vagamente por Letras e por Ciências*»;

Para Delfim Santos, «*esta deficiência de rendimento cultural*» das universidades portuguesas não poderia ser explicada por razões «*de ordem étnica*», nem «*a facilidade criadora na filosofia e nas ciências de outros povos*» resultava do facto de serem «*mais dotados intelectualmente do que o português*». Era antes explicável por uma organização diferente dos currículos universitários e por «*perspetivas culturais*» diversas relativamente a questões científicas, pedagógicas e filosóficas [AHIC, 0585/28, D. P. Santos, doc. 1].

Na sequência desta candidatura a JEN solicita a Joaquim de Carvalho, professor da Universidade de Coimbra, um parecer sobre a «*conveniência da formação de um bolseiro em História e Filosofia das Ciências*» e sobre a «*preparação e capacidade do requerente Delfim Pinto dos Santos para estes estudos*» [AHIC, 0585/28, D. P. Santos, doc. 7]. Embora informe que o candidato não fora seu *discípulo*, tendo apenas frequentado o seu curso de História da Educação no quadro do estágio para professor liceal, Carvalho confessa que com Delfim conversou sobre questões filosóficas e que notou que

as suas «*curiosidades intelectuais incidiam particularmente sobre a teoria do conhecimento*». Carvalho reconhece que

a filosofia das ciências assim como a teoria do conhecimento/epistemologia não tiveram nunca grandes cultores em Portugal e só recentemente, com a última reforma das Faculdades de Letras, a teoria do conhecimento figura como disciplina autónoma no quadro do ensino público, constituindo um curso [AHIC, 0585/28, D. P. Santos, doc. 7].

Em sua opinião, a História das Ciência era apenas *cultivada* por investigadores autodidatas e com uma natureza *biobibliográfica*. Embora considere «*digna de consideração*» «*a pretensão do requerente em associar a História das Ciências à Filosofia das Ciência*», questiona-se se será possível «*formar-se e disciplinar-se um espírito juvenil no cultivo simultâneo das duas disciplinas*». Para Joaquim de Carvalho, era «*belo que a juventude seja ambiciosa, mas é talvez dever dos responsáveis evitar que confunda a ambição com a ilusão*». Depois de considerar que as habilitações e a exposição de Delfim Santos aconselham a sua «*formação no cultivo da Filosofia das Ciências*», interroga-se se ele terá indicado «*o melhor caminho para lograr resultados eficientes*». Embora desconheça as transformações «*que dizem ser profundas, no ensino da Filosofia das universidades alemãs*», acredita que ao indicar Freiburg, o candidato «*se afastou do melhor caminho*». E continua:

Tanto quanto posso avaliar pelos livros e por informes alheios, Friburgo tem hoje a singularidade no ensino do método fenomenológico de Husserl e sua aplicação a problemas metafísicos, notadamente da ontologia. Não contesto a vantagem da importação deste método assim como a formação de um bolsheiro no estudo profundo da fenomenologia, tanto do pensar, como do sentir; porém afigura-se-me não ser esta formação a mais adequada para os objetivos que o requerente se propõe. Salvo melhor opinião, seria em Viena, com Moritz Schlick e Rudolf Carnap que o requerente encontraria um ensino concretamente orientado, tanto na problemática, como na metódica, no sentido das suas ambições intelectuais [AHIC, 0585/28, D. P. Santos, doc. 7].

Apesar de o candidato ter sido perentório no que concerne à escolha de Freiburg, a JEN, apoiada no parecer de Joaquim de Carvalho, acaba por conceder-lhe uma bolsa para usufruir em Viena [AHIC, 0585/28, D. P. Santos, doc. 9]. Nos relatórios que trimestralmente envia para Lisboa, Delfim dá conta do trabalho que desenvolve em Viena. Para além de assistir às lições do Prof. Schlick, na sequência das conversas com ele tidas sobre a orientação do trabalho que desenvolvia, acabará por ser convidado a assistir às sessões do *Wiener Kreis*, um

núcleo que reúne todos os representantes desta nova tendência na filosofia das ciências e que é universalmente conhecido pelos importantes trabalhos publicados na revista *Erkenntnis*, órgão oficial do Grupo.

Além disso, inicia o estudo da Logística [AHIC, 0585/28, D. P. Santos, Documento 21/2]. Em 1936 continua a assistir às lições, às conferências, às sessões de trabalho no *Wiener Kreis* e a investigar nas bibliotecas e institutos. É ainda convidado «a iniciar uma secção do Wiener Kreis em Lisboa» [AHIC, 0529/20, D. P. Santos, doc. 3]. No entanto, os seus objetivos continuavam a passar por Berlim [AHIC, 0529/20, D. P. Santos, doc. 8/6].

Depois do assassinato de Schlick, Delfim Santos confessa que não ter motivos para permanecer em Viena, uma vez que «a corrente da filosofia das ciências que ele expunha e em parte criara não tinha lá continuadores», o que afetou o projeto de doutoramento que estava a desenvolver naquela cidade [AHIC, 0529/20, D. P. Santos, doc. 32]. No final de setembro viaja para a Alemanha, onde continuou o «estudo de filosofia fenomenológica». Matriculou-se nos cursos de Nicolai Hartmann e participou no Congresso de Filosofia Alemã, onde teve oportunidade de conhecer «os representantes mais categorizados da filosofia contemporânea na Alemanha e no estrangeiro».

Em Berlim procura «conhecer a fundo as novas tendências atualmente dominantes na Alemanha» [AHIC, 0529/20, D. P. Santos, doc. 32], mas depara-se com um «ambiente cultural» muito diferente. Se em Viena

a corrente dominante se intitulava positivista e pretendia continuar a desenvolver as tradições francesas antimetafísicas

de Comte e em geral do século XIX, Berlim oferece, ao contrário desta, um ambiente de profundo trabalho nos domínios da metafísica e na preparação das novas correntes continuadoras de Husserl e de Max Scheler [AHIC, 0529/20, D. P. Santos, doc. 36].

Confessa mesmo que não foi capaz de *identificar* as suas

tendências às tendências predominantes em Viena, foi este contacto extremamente útil pelas novas perspectivas oferecidas para a compreensão dos problemas fundamentais da teoria do conhecimento, que o neopositivismo tratava unilateralmente pela redução total a um só tipo de ciência [AHIC, 0529/20, D. P. Santos, doc. 36].

Em Berlim ocupou-se das

novas diretrizes científicas e filosóficas conhecidas pelas designações de neokantismo, idealismo alemão, Escola de Marburgo, fenomenologia [AHIC, 0529/20, D. P. Santos, doc. 36].

Para além da pesquisa nas bibliotecas, assistiu aos cursos sobre Teoria do Conhecimento ministrados pelo professor N. Hartmann, que Delfim Santos considerava «*o mais categorizado professor de filosofia na Alemanha*» [AHIC, 1323/4, D. P. Santos, doc. 6]. Frequentou também

um curso sobre Antropologia Filosófica e outro sobre Filosofia Alemã Contemporânea, dirigidos respetivamente pelos professores Springmeyer e Günther [AHIC, 1323/4, D. P. Santos, doc. 6].

Em carta a Leite Pinto, Hartmann informava que Delfim Santos havia assistido ao seu seminário de História da Filosofia e que era de esperar que a continuação da sua estadia na Alemanha produzisse bons resultados [AHIC, 1323/4, D. P. Santos, doc. 2]. O bolseiro, pelo contrário, informava pela mesma altura a JEN que no semestre seguinte as aulas versariam «*sobre Moral e História da Filosofia*». Visto que as temáticas não coincidiam com o plano de

estudos que estava a desenvolver e por não haver especialistas nessa matéria nas universidades alemãs, uma vez que «*a maior parte dos professores alemães categorizados exerce a sua atividade docente no estrangeiro*», pede autorização para deixar a Alemanha e ir para Inglaterra [AHIC, 1323/4, D. P. Santos, doc. 1].

Depois de terminar o semestre em Berlim e com a autorização do IAC, viaja assim até Londres [AHIC, 1323/4, D. P. Santos, doc. 6] de forma a complementar a formação obtida em Viena:

a escola de Viena e o grupo de Cambridge são duas tendências com uma mesma finalidade – crítica interpretativa dos princípios da ciência sem recurso à metafísica tradicional. Ambos se completam e se continuam e não é possível o conhecimento dum sem o conhecimento do outro. Em Viena travei conhecimento, o melhor que me foi possível, com a bibliografia em língua alemã, mas faltava-me o conhecimento das obras em inglês igualmente importantes no estudo do neopositivismo. Em Cambridge procurei suprir o melhor possível essa falta. Os temas foram ainda lógica simbólica, indução e probabilidade e é este o estudo que atualmente continuo [AHIC, 1323/4, D. P. Santos, doc. 15].

Por falta de verbas a bolsa não será prorrogada e em setembro de 1937 é nomeado leitor de português na Universidade de Berlim [AHIC, 1323/4, D. P. Santos, doc. 25].

Delfim Santos é, assim, um dos vários portugueses que estiveram na Alemanha na qualidade de bolseiros. Quando se candidata a uma bolsa da JEN o seu objetivo era óbvio: estudar em Freiburg, junto de Heidegger. O parecer de Joaquim de Carvalho haveria de o conduzir por outro rumo, afastando-o da fenomenologia e encaminhando-o para o neopositivismo do Círculo de Viena. Apesar disso, estudar na Alemanha continuou a ser um dos seus objetivos. Quando teve oportunidade de o concretizar, optou por Berlim e por Nicolai Hartmann, permanecendo na capital do Reich durante um semestre. Haveria de voltar a Berlim, na qualidade de leitor de português no Instituto para Portugal e Brasil.

[NOTA: Os primeiros 3 capítulos deste artigo foram já parcialmente publicados em NINHOS, Cláudia (2011) Intercâmbio Académico e Propaganda Nacional-Socialista, *Zonas de Contacto Estado Novo/III Reich*. Perafita: TDP].

Referências

AHIC - Arquivo Histórico do Instituto Camões.

GIESE, W. (1939, 1940) Französische Kulturpropaganda, *Hansische Hochschulzeitung* 21, 163-171.

HAUSMANN, F.-R. (2001) *Auch im Krieg schweigen die Musen nicht: Die Deutschen Wissenschaftlichen Institute im Zweiten Weltkrieg* Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

HITLER, Adolf (1976) *Mein Kampf*, Lisboa: Afrodite.

JEN, Junta de Educação Nacional (1938) *Relatório dos Trabalhos efetuados em 1934-1935*, Coimbra: Coimbra Editora.

ROPER, H. (2000) *Hitler's Table Talk 1941-1944*, New York: Enigma.

WEISS, Sheila (2005) *'The sword of our science' as a foreign policy weapon: the political function of German geneticists in the international arena during the Third Reich*, Berlin: Max-Planck-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften,

<http://www.mpiwg-berlin.mpg.de/KWG/Ergebnisse/Ergebnisse22.pdf>.

ZARIFI, M. (2007) Using Natural Sciences for Cultural Expansion: The National Socialist Agenda for the Balkans, *The Historical Review* IV, 199-233.

ZARIFI, M. (2010) *Science, culture, and politics: Germany's cultural policy and scientific relations with Greece, 1933-1945*, Saarbrücken: Verlag Dr. Müller.

